

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.283.069 - DF (2018/0094661-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : LUCIAIRAN LOPES DE MENDONCA
ADVOGADOS : JORGE JAEGER AMARANTE E OUTRO(S) - DF021321
MARCELO MATTOS PONTUAL PINHEIRO - DF025556
PAULA COSTA VILELA - DF041074
EMBARGADO : BRB CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S A
ADVOGADOS : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF017348
LUIS GUSTAVO SILVEIRA RIBEIRO - DF034693
EMBARGADO : ALTERNATIVA - LTDA COOPERATIVA DE TRABALHO DO
TRANSPORTE AUTONOMO DE PASSAGEIRO REGULAR LTDA
ADVOGADOS : HÉLIO CÉZAR AFONSO RODRIGUES - DF008154
FERNANDA ISABELA LIMA AMORIM CALAÇA E OUTRO(S) -
DF036117

DESPACHO

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 778/784) opostos à decisão desta relatoria que negou provimento ao agravo em recurso especial interposto pela embargante (e-STJ fls. 770/776).

A parte embargante aponta omissão na decisão embargada, pois "todas as decisões exaradas até o momento, sejam elas interlocutórias ou meritórias, insiste-se os julgadores a se quedarem inertes e nitidamente omissos quanto ao pleito reiteradamente feito (vide fls. 235/237, 403/407, 415/420, 431/437, 443/468, 510/515 e 521/523) para que finalmente se prove a operação financeira alegada pelos embargados, mostrando qualquer comprovante de entrega de valores, por saque, transferência ou afins, sendo ignorado sempre o pedido de intimação do banco para tal, forma de comprovação" (e-STJ fl. 779).

Indica haver omissão e obscuridade na sua condenação ao pagamento de honorários recursais, ante a propositura da demanda na vigência do CPC/1973, além de que não teria dado causa ao ajuizamento da ação.

Da leitura dos aclaratórios, constata-se que a parte embargante pretende, em verdade, a reforma da decisão embargada de fls. 770/776 (e-STJ), sob o pretexto de sanar os vícios aqui indicados.

Assim, diante da possibilidade do órgão julgador receber os aclaratórios como agravo interno (CPC/2015, art. 1.024, § 3º), caso entenda ser este o recurso cabível, intime-se a parte embargante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, complemente as suas razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1º, do NCPC.

Após, intime-se a parte embargada, nos termos do § 4º do art. 1.024 do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator